

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS FACE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

CURSO DE DOUTORADO EM ECONOMIA POLÍTICA E DO MEIO AMBIENTE
ECO 336513 - ECONOMIA DA POLÍTICA AMBIENTAL
PROFESSOR: ANDREI CECHIN
E-mail: andreicechin@unb.br
HORÁRIO: SEXTA-FEIRA DAS 14:00 ÀS 18:00 HS.
LOCAL: PRÉDIO DA FACE

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

A disciplina Economia da Política Ambiental (EPA) analisará, à luz de teorias econômicas, os instrumentos de política frequentemente usados na gestão ambiental. Com base em conceitos de economia do meio ambiente, o curso se propõe a (i) discutir os objetivos de políticas de meio ambiente e as justificativas para intervenção pública em questões ambientais; (ii) estudar os instrumentos de política pública usados tradicionalmente para eliminar ou minimizar os problemas que afetam o meio ambiente; (iii) estudar as perspectivas e limites da valoração econômica de serviços ecossistêmicos e de danos socioambientais. Sempre que possível, as análises serão complementadas com trabalhos científicos publicados em periódicos internacionais.

01. Fundamentos: objetivos e justificativas para a Política Ambiental (4 aulas)

1.1 Eficiência, falhas de mercado e falhas de governo (2 aulas):

- Field e Field (2014). Introdução à Economia do Meio Ambiente. Cap 4. Eficiência econômica e mercados
- Field e Field (2014). Introdução à Economia do Meio Ambiente. Cap 5. Economia da qualidade ambiental
- Campos, Humberto Alves (2008). Falhas de mercado e falhas de governo: uma revisão da literatura sobre regulação econômica. Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial., v. 5, n. 2, p. 281-303

Apresentação e discussão:

- 1) Hanley et al. (1996) Market Failure. Environmental Economics In Theory and Practice
- 2) Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity. Chapter 7 Human Institutions and Ecological Systems, 1: Unidirectional Externalities and Regulatory Policies p. 190-202
- 3) Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity. Chapter 8 Human Institutions and Ecological Systems, 2: Common Pool Resources p. 207-218
- 4) Bromley, D. (2007). Environmental regulations and the problem of sustainability: Moving beyond "market failure". Ecological Economics 63, p. 676 – 683

1.2 Racionalidade (1 aula)

- Kahneman, Daniel (2012). Rápido e devagar: duas formas de pensar / Daniel Kahneman; tradução Cássio de Arantes Leite. - Rio de Janeiro: Objetiva.
- Bowles, Samuel (2016). The Moral Economy: Why Good Incentives Are No Substitute for Good Citizens Yale University Press New Haven and London.
- Venkatachalam, L. (2008). Behavioral economics for environmental policy. Ecological Economics 67: 640 – 645

Apresentação e discussão:

5) Carlsson and Johansson-Stenman (2012). Behavioral Economics and Environmental Policy Annu. Rev. Resour. Econ. 4, p. 75–3.

6) Gneezy et al (2011). When and Why Incentives (Don't) Work to Modify Behavior. Journal of Economic Perspectives—Volume 25, Number 4, p. 191–210.

1.3 Sustentabilidade (2 aulas)

- Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity. Chapter 5 Global Bounded Economy

- Farley, J. (2012) Ecosystem services: The economics debate. Ecosystem Services, v. 1, n. 1, p. 40–49

- Van den Bergh, J. (2010). Externality or sustainability economics? Ecological Economics 69: 2047–2052

Apresentação e discussão:

7) Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity. Chapter 4. Human Impact on the Biosphere

8) Lawn, Philip (2007). Frontier Issues in Ecological Economics. Cap 3 - Is human-made capital an adequate long-run substitute for natural capital? P.41-61.

9) Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity. Chapter 13 Sustainability Assessment and Policy Analysis até p. 339

10) Ekins, Paul. (2011). Environmental sustainability: From environmental valuation to the sustainability gap. Progress in Physical Geography 35(5): 629–651

02. Comando e Controle na Gestão Ambiental (2 aulas)

- Field e Field (2014). Introdução à Economia do Meio Ambiente. Cap 11 Estratégias de comando e controle: o caso dos padrões.

- Moura, Adriana, M.M. (2016). Aplicação de instrumentos de política ambiental no Brasil. Em: Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas IPEA. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9268>

Apresentação e discussão:

11) Baumol, W. e Oates, W. (1979). Economics, Environmental Policy, and the Quality of Life. Cap 16 Direct Control vs Pricing system p.13-20 (do PDF) + Cap 20 The role for direct control p. 51-54 (do PDF)

12) Fonseca et al (2017). Reforming EIA systems: A critical review of proposals in Brazil. Environmental Impact Assessment Review 62, p. 90–97

13) Madeira, N. J. (2008). Ecological-economic zoning in Brazil – an analysis of its application to date and relevance as a strategic land-use planning tool. CEEMA-UnB

14) Braga and Veloso-Gomes (2020). Environmental Licensing as an Instrument for the Environmental Management of Brazilian Public Ports. Sustainability, 12, 2357

03. Instrumentos Econômicos de Política Ambiental (2 aulas)

- Field e Field (2014). Introdução à Economia do Meio Ambiente. Cap 12 Estratégias baseadas em incentivos: cobranças e subsídios sobre emissões,

- Field e Field (2014). Introdução à Economia do Meio Ambiente. Cap 13 Estratégias baseadas em incentivos: direitos de emissão transferíveis

- Juras, Ilidia da A.G. M. (2009). Uso de instrumentos econômicos para a gestão ambiental: países da OCDE e América Latina. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados.

Apresentação e discussão:

15) Freebairn, J. (2009) Carbon Taxes Vs Tradable Permits: Efficiency and Equity Effects for a Small Open Economy. New Zealand Tax Reform-Where to Next? Victoria University of Wellington, 11-13 February 2009.

16) Sven Wunder. Revisiting the concept of payments for environmental services. Ecological Economics, 2014

17) Richard Schmalensee and Robert N. Stavins (2017). The design of environmental markets: What have we learned from experience with cap and trade?. Oxford Review of Economic Policy, Volume 33, 4, pp. 572–588

18) Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity. Cap. 12 Finance for Sustainable Engagement with Nature

04. Nudges (1 aula)

- Thaler, Richard H. e Sunstein, Cass (2019) Nudge: como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade. Ed. Objetiva.

Apresentação e discussão:

19) Carlsson et al (2019). Nudging as an Environmental Policy Instrument. CeCAR Working Paper Series No. 4.

20) Schubert (2017). Green nudges: Do they work? Are they ethical? Ecological Economics 132, 329–342

05. Valoração Econômica do Meio Ambiente (1 aula)

- Field e Field (2014). Introdução à Economia do Meio Ambiente CAP 7 Análise de custo-benefício: benefícios

- Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity. Chapter 12 Valuing Biodiversity

- Castro, Joana D. B. e Nogueira, J.M. (2017). Método custos evitados: Conduta defensiva na produção versus a perda da biodiversidade: O estado-das-artes no Brasil. Revista Espacios, 38(28)

Apresentação e discussão:

21) Nogueira, J.M.; Medeiros, M.A.A. de; Arruda, F.S.T. de (2000) Valoração econômica do meio ambiente: ciência ou Empiricismo? Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.2, p.81-115

22) Spash, Clive (1997). Ethics and Environmental Attitudes With Implications for Economic Valuation. Journal of Environmental Management 50, 403–416

06. Economia das Mudanças Climáticas (2 aulas)

- Nordhaus, William (2018). Climate change: The Ultimate Challenge for Economics. Nobel Prize Lecture

- Vale, Peterson. (2018). The changing climate of climate change economics. Ecological Economics

Apresentação e discussão:

23) Stern, Nicholas (2008). "The Economics of Climate Change." American Economic Review, 98(2): 1-37

- 24) Baranzini, A.; van den Bergh, J.C.J.M; Carattini, S.; Howarth, R.B.; Padilla, E.; Roca, J. (2017). Carbon pricing in climate policy: seven reasons, complementary instruments, and political economy considerations. WIREs Clim Change 2017, 8:e462. doi: 10.1002/wcc.462
- 25) Steve Keen (2020): The appallingly bad neoclassical economics of climate change, Globalizations
- 26) Christofolletti e Pereda (2021). Winners and losers: the distributional impacts of a carbon tax in Brazil. Ecological Economics, 183

07. Economia da Diversidade Biológica (2 aulas)

- Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity. Cap. 2 Biodiversity and Ecosystem Services
- Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity. Cap. 3 Biospheric Disruptions

Apresentação e discussão:

- 27) Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity Caps 18 Conservation and Restoration + Cap 19 Restoration of Nature
- 28) Barton et al. (2017). Policy Mixes: Aligning instruments for biodiversity conservation and ecosystem service provision. Environmental Policy and Governance. 27. 397-403. 10
- 29) Ruggiero et al (2022)_ ICMS-E_a successful but self-limiting incentive program. Ecological Economics, 191.
- 30) Dasgupta (2021). The_Economics_of_Biodiversity Cap. 21 Options for Change

PROCEDIMENTOS EM CADA AULA

Para desenvolver esses temas, teremos 15 (quinze) encontros ao longo do semestre. Cada encontro semanal tem a duração de 4 (quatro) horas-aula.

- a) o instrutor inicia a aula com uma exposição panorâmica dos principais conceitos da semana; o tempo de exposição será, no máximo, de 1h 20 min minutos;
- b) dois participantes apresentarão os textos daquela semana. Cada apresentação deverá durar no máximo 40 minutos, e será seguida de discussão. As apresentações e as discussões deverão perfazer um tempo total de 2h.
- c) o instrutor encerra a aula com uma síntese das principais questões surgidas no debate; a duração da exposição final será, no máximo, 40 minutos.

AVALIAÇÃO

40%: Qualidade da exposição dos textos para @s outr@s coleg@s ao longo do curso. Cada alun@ apresentará 3 ou 4 textos ao longo do curso.

20%: Participação efetiva e instruída na discussão dos textos apresentados pel@s coleg@s. Efetiva contribuição às discussões em sala de aula é um requisito importante para quem deseja ter sucesso na disciplina. Espera-se que cada um de vocês lerá as referências semanais, para que possam contribuir ao debate, independentemente de ter que apresentá-las.

40%: Ensaio a ser entregue até 10 de julho de 2023, de 4 a 6 páginas (espaço simples). Para este ensaio, @ doutorand@ mobilizará, **no mínimo, seis (6) textos (da lista de discussão) e 2 da bibliografia básica.**

O ensaio **não** será uma coleção de citações, mas uma exposição das ideias e pontos de vista d@ autor@ sobre determinado tema de política ambiental, buscando originalidade no enfoque, com base teórica em

livros e artigos científicos, e sempre que possível em evidências. Uma tese (ideia principal) é defendida pelo autor, que deve mostrar evidências convincentes para fundamentar seus pontos de vista e convencer seus leitores. Os critérios de avaliação do ensaio são: 1) Coesão e coerência: sem divagações para temas não pertinentes. 2) Linguagem: fidelidade à disciplina gramatical. 3) Argumentação: capacidade de relacionar dados empíricos, fatos, teses, estudos, opiniões, problemas e possíveis soluções; 4) Relação entre a tese central e a argumentação.

Estrutura (sugerida) do ensaio

1. Introdução

- Por que escolheu o tema?
- O que vai argumentar?
- Descrição da estrutura do ensaio

2. Corpo do ensaio

- Citar referências teóricas e evidências para justificar as suas ideias
- Exemplos

3. Conclusão

- Quais as conclusões da sua reflexão?
- Comentário pessoal ao tema
- Indicar oportunidades para pesquisa futura

4. Bibliografia